

LEI Nº 538/86, DE 24/11/86

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coxim para o Exercício Financeiro de 1987".

O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, Faço saber que a Câmara Municipal de Coxim decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Coxim para o Exercício Financeiro de 1987, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Municipal, estima a Receita em Cz\$ 38.000.000.000 (trinta e oito milhões de cruzados) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo II da Lei 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES.....	Cz\$ <u>23.231.240,00</u>
1.1 - Receita Tributária.....	Cz\$ 1.570.000,00
1.2 - Receita Patrimonial.....	Cz\$ 60.000,00
1.3 - Receita Industrial.....	Cr\$ 5.000,00
1.4 - Transferências Correntes.....	Cr\$ 21.390.240,00
1.5 - Outras Receitas Correntes.....	Cz\$ 146.000,00
1.6 - Receitas Diversas.....	Cz\$ 60.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL.....	Cr\$ <u>14.768.760,00</u>
2.2 - Operações de Crédito.....	Cz\$ 8.512.000,00
2.3 - Alienação de Bens.....	Cz\$ 340.000,00
2.3 - Transferências de Capital.....	Cz\$ 5.916.760,00

TOTAL GERAL..... Cr\$ 38.000.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as Categorias Econômicas, que apresente o seguinte desdobramento, por elemento;

3111 - Pessoal Civil.....	Cz\$ 6.391.980,00
3113 - Obrigações Patronais.....	Cz\$ 712.000,00
3120 - Material de Consumo.....	Cz\$ 3.204.300,00
3131 - Remuneração de Serviços Pessoais.	Cz\$ 977.000,00
3132 - Outros Serviços e Encargos.....	Cz\$ 2.380.000,00
3191 - Sentenças Judiciais.....	Cz\$ 2.000,00

3192 - Despesas de Exercícios Anteriores Cz\$ 854.000,00
 3231 - Subvenções Sociais..... Cz\$ 118.000,00
 3251 - Inativos..... Cz\$ 70.500,00
 3252 - Pensionistas..... Cz\$ 42.500,00
 3253 - Salário-Família..... Cz\$ 6.000,00
 3254 - Apoio Financeiro a Estudantes.... Cz\$ 75.000,00
 3255 - Assistência Médico-Hospitalar.... Cz\$ 111.000,00
 3259 - Outras Transferências a Pessoas.. Cz\$ 85.000,00
 3261 - Juros da Dívida Contratada..... Cz\$ 285.000,00
 3262 - Outros encargos da Dív. ContratadaCz\$ 1.500,00
 3265 - Juros de outras dívidas..... Cz\$ 1.000,00
 3267 - Cor.Monet.s/Oper.de Antec. ReceitaCz\$ 1.000,00
 3280 - Pasep..... Cz\$ 402.000,00
 3292 - Despesas de Exerc. Anteriores.... Cz\$ 4.000,00
 S U B T O T A L Cz\$ 15.723.780,00

4110 - Obras e instalações..... Cz\$ 17.227.000,00
 4120 - Equipamentos e material PermanenteCz\$ 2.615.000,00
 4192 - Despesas de Exerc. Anteriores.... Cz\$ 4.000,00
 4351 - Amortização da Dívida Contratada. Cz\$ 565.000,00
 S U B T O T A L..... Cz\$ 20.411.800,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... Cz\$ 1.864.520,00

T O T A L D A D E S P E S A..... Cz\$ 38.000.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo é autorizado a:

- I - realizar Operações de Crédito por antecipação da Recei ta, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada, nos termos do artigo 67 da Emenda Constitucional nº 1/69;
- II - realizar transposições de Dotações até o montante da Receita estimada, utilizando inicialmente a Reserva de Contingência nos termos da letra "a" do § 1º do artigo 61 da Emenda Constitucional nº 1/69;
- III - realizar a abertura de Créditos Adicionais até o limite de 90% (noventa por cento) do total da Receita estimada, utilizando os recursos estabelecidos no § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64;
- IV - tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita, ressalvado o disposto no Artigo 119 da Lei Complementar nº 07/81;
- V - incorporar ao Orçamento do Município, os Convênios assi nados pelo Executivo, durante o exercício, exceto aos

recebimentos estimados nesta Lei, que fica autorizado celebrar, respeitando os valores e a distinção programática.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 1.982.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO EM 21 DE NOVEMBRO DE 1986.

JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DESPACHO: De conformidade com o Artigo 78 da Lei Complementar nº 7 de 20 de Novembro de 1981, sanciono a seguinte lei para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

ASSINATURA NO ORIGINAL